



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CONVÊNIO Nº 01/2021

CONVÊNIO Nº 01/2021/TRE-RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 0005235-61.2015.6.22.8000 (SEI/TRE-RO)

CONVÊNIO QUE CELEBRAM ENTRE SI A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E O BANCO BRADESCO S.A., PARA CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E/ OU FINANCIAMENTOS CONSIGNADOS EM FOLHA DE PAGAMENTO, PARA OS SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS DO TRE-RO.

A União, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ n. 04.565.735/000113, situado na Av. Presidente Dutra, nº 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, na Cidade de Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e do CPF 475.106.849-00, neste ato doravante denominado TRE-RO ou CONVENIENTE, e o **BANCO BRADESCO S.A.**, com sede na Cidade de Deus, s/nº, CEP: 06.029-900, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, telefone(s): (92) 3133-7169 / (92) 9.9257-2164, e email(s): igor.carvalho@bradesco.com.br, neste ato devidamente representado pelo senhor **JOAO SEGUNDO DA COSTA NETO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 60121615-SSP/SP e CPF/MF nº 241.341.983-72, telefone(s): (11) 3684-6323, e email(s): joaos.costa@bradesco.com.br, e pela senhora **MICHELLE DE MELLO SOUZA DUARTE**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 44140273-SSP/SP e CPF/MF nº 345.474.428-86, telefone(s): (11) 3684-7128, e email(s): michelle.duarte@bradesco.com.br, doravante denominado BANCO ou CONVENIADO, RESOLVEM celebrar o presente Convênio, mediante autorização constante no Despacho n. 649/2021/GABDG, de 08/06/2021 (evento 0696271) e consoante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Convênio tem por objeto estabelecer condições gerais e critérios a serem observados na concessão de empréstimos e/ou financiamentos consignados em folha de pagamento, aos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS tomadores de empréstimos e/ou financiamentos vinculados ao TRE-RO, oferecendo taxas de juros e tarifas competitivas em relação aos preços de mercado.

Subcláusula Primeira - Tratando-se de empréstimos financeiros para consignação em folha de pagamento, a soma mensal das consignações facultativas do consignado não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) da sua remuneração, provento ou pensão, excluído do cálculo o valor pago a título de contribuição para prestação de serviços de saúde, conforme disciplinado no artigo 7º da Instrução Normativa nº 03/2009 - TRE/RO.

Subcláusula Segunda - Não será permitido o desconto de consignações facultativas até o limite de trinta por cento, quando a soma dessas com as compulsórias exceder a setenta por cento da remuneração do consignado.

Subcláusula Terceira - Somente será admitida a operação de consignações facultativas até o limite da margem consignável estabelecida no item anterior.

Subcláusula Quarta - Para fins de cálculo do limite definido neste artigo, será considerada a remuneração percebida pelo consignado, compreendendo a soma do vencimento do cargo efetivo com as vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, bem como a retribuição pelo exercício de cargo em comissão ou função comissionada, excluídas as seguintes parcelas:

I - diárias;

II - ajuda de custo;

III - indenização de transporte;

IV - salário família;

V - gratificação natalina;

VI - auxílio-natalidade;

VII - adicional de férias;

VIII - adicional pela prestação de serviço extraordinário;

IX- adicional noturno;

X - auxílio pré-escolar;

XI - auxílio-transporte;

XII - auxílio-alimentação; e

XIII - abono de permanência devido a servidores ativos que implementaram os requisitos da aposentadoria e permaneceram em atividade, conforme EC n. 20/1998 e EC n. 41/2003.

Subcláusula Quinta - No ato da concessão de empréstimo/financiamento, o servidor ou pensionista beneficiário subscreverá autorização à CONVENIENTE a fim de que este proceda a consignação em Folha de Pagamento, do valor das prestações devidas ao CONVENIADO, pelo prazo que vigorar em Contrato e nas condições nele previstas, passando tal autorização a fazer parte integrante deste Convênio.

Subcláusula Sexta - No anexo I deste instrumento consta reproduzido o Plano de Trabalho para este convênio (conforme evento 0673437), ajustada apenas a vigência, e no evento 0690788 do Processo respectivo consta modelo de convênio e anexos desse modelo, enviados pelo BANCO BRADESCO S.A., contendo as demais condições para a execução deste objeto.

Subcláusula Sétima - Nenhuma obrigação assumirá a CONVENIENTE, nas concessões de empréstimo aos Servidores que tenham alguma restrição ou não cumpram com os requisitos estabelecidos nas normas de concessão de crédito do CONVENIADO;

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Convênio é celebrado por prazo de 60 meses, a contar da assinatura deste instrumento, via sistema SEI do TRE-RO, sendo que quaisquer dos PARTICIPES poderão rescindi-lo conforme previsto neste Convênio.

DA GRATUIDADE DESTE CONVÊNIO

CLÁUSULA TERCEIRA - Este convênio é realizado em caráter gratuito e cada um dos PARTICIPES arcará exclusivamente com as despesas inerentes às obrigações por elas assumidas neste instrumento.

DAS ALTERAÇÕES DESTE CONVÊNIO

CLÁUSULA QUARTA- Este Convênio poderá ser alterado em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, mediante registro em termo aditivo, desde que de comum acordo entre os partícipes.

DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO DESTE CONVÊNIO

CLÁUSULA QUINTA - O não cumprimento, total ou parcial, deste Convênio por qualquer das partes, ensejará a sua denúncia pela parte prejudicada, com sua rescisão, mediante prévia comunicação escrita à outra parte, com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que disso resulte à parte denunciada o direito à reclamação ou indenização pecuniária.

Parágrafo Primeiro - Fica estabelecido que, ocorrendo o término do presente Convênio, por iniciativa de qualquer das partes, continuarão totalmente aplicáveis e vigentes as suas cláusulas quanto aos empréstimos/financiamentos em curso, até sua final liquidação.

Parágrafo Segundo - O TRE-RO deverá informar e notificar seus SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS sobre o encerramento do Convênio de Crédito Consignado e a nova forma de cobrança de suas prestações. A nova forma de cobrança seguirá as normas estabelecidas pelas "Cláusulas Gerais do Contrato" firmado pelos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS junto ao BANCO.

DA CONCESSÃO DE CRÉDITO

CLÁUSULA SEXTA - O CONVENIADO dentro de seu exclusivo critério e obedecendo as suas normas de concessão de crédito, analisará a possibilidade de efetivação de empréstimos e financiamentos em favor de servidores ativos, inativos e pensionistas da CONVENIENTE, cuja contratação será efetivada diretamente com o servidor, considerando as condições indicadas neste instrumento e nos demais documentos a este vinculados.

Subcláusula Primeira - Os empréstimos serão concedidos por intermédio da Agência n.º 0153, sito à Avenida Sete de Setembro, 711, CEP 76801-073, Centro, Porto Velho/RO, fone (69) 3733-0100 / 0101, e-mail: 0153.gerencia@bradesco.com.br, devendo os valores das consignações efetivadas serem recolhidos a esta mesma Agência.

Subcláusula Segunda - Cada Contrato, devidamente formalizado e deferido pelo CONVENIADO, fica vinculado a este instrumento para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

DO RECOLHIMENTO E REPASSE DE VALORES AO BANCO

CLÁUSULA SÉTIMA - Fica estabelecido que a data de crédito da remuneração dos servidores ocorrerá até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês e o fechamento da folha de pagamento até o dia 10 (dez) de cada mês, ficando ressalvadas possíveis alterações emanadas do Poder Público.

Subcláusula Primeira - A CONVENIENTE deverá comunicar ao CONVENIADO qualquer alteração na data da remuneração dos seus servidores, evitando comprometer os procedimentos relacionados às consignações em folha de pagamento.

Subcláusula Segunda - A CONVENIENTE recolherá ao CONVENIADO, mensalmente, até o sexto dia útil após o pagamento da folha, o total de prestações devidas por seus servidores para amortização ou liquidação dos empréstimos consignados pelo CONVENIADO.

DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

CLÁUSULA OITAVA - Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, a CONVENIENTE fica obrigada a comunicar o fato ao CONVENIADO, imediatamente.

Subcláusula Primeira - A responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base empréstimo/financiamento concedido por meio deste Convênio, será assumido inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para esse fim constituídos, podendo ao CONVENIADO, a seu critério, respeitando os termos descritos no Contrato assinado particularmente com cada um dos servidores-clientes interessados, valer-se de todos os meios jurídicos disponíveis para obter a importância devida.

Subcláusula Segunda - A mesma disposição acima descrita aplica-se automaticamente aos casos de sinistro envolvendo o falecimento do servidor, transferindo-se as obrigações de que trata esta cláusula ao respectivo espólio.

DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

CLÁUSULA NONA - São responsabilidades do TRE-RO:

1. divulgar amplamente, junto aos seus SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS, a formalização, o objeto e as condições do presente Convênio, orientando-os quanto aos procedimentos necessários para a obtenção de empréstimos e/ou financiamentos junto ao BANCO;
2. esclarecer aos seus SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS que as condições para contratação da operação de crédito serão objeto de livre negociação entre os SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS e o BANCO;
3. submeter à prévia aprovação do BANCO, conforme o caso, as informações e o respectivo material (folder, encarte, textos, etc.) a ser veiculado acerca do presente Convênio;
4. adotar, no que lhe competir, as providências necessárias para viabilizar a formalização das operações entre o BANCO e seus SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS;
5. prestar ao BANCO, mediante solicitação dos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS, as informações necessárias para viabilizar a contração da operação de crédito, contendo o dia habitual de crédito dos salários, data de fechamento da folha de pagamento, data do próximo crédito dos salários, demais informações necessárias para o cálculo da margem disponível para consignação;
6. confirmar ao BANCO, após a solicitação do crédito pelos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS, por escrito ou meio eletrônico, a possibilidade de realizar os descontos do empréstimo e/ou financiamento na folha de pagamento dos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS para que os recursos possam ser liberados, observado o contido neste Convênio;
7. efetuar os descontos em folha de pagamento dos empréstimos e/ou financiamentos autorizados pelos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS, observado o limite máximo permitido pela legislação em vigor, e repassar os valores ao BANCO, mediante crédito na Conta Convênio na data estabelecida para repasse financeiro, na mesma data de crédito dos salários e do vencimento das prestações, conforme condições estabelecidas;
8. informar mensalmente ao BANCO, por meio eletrônico ou escrito, os valores consignados e os não consignados mediante justificativa, devidamente identificados, com antecedência da data estipulada para o vencimento das prestações;
9. comunicar ao BANCO a ocorrência de redução da remuneração dos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS que inviabilize a consignação mensal autorizada, informando o motivo de não consignação das prestações devidas e permitindo a consignação parcial da prestação mensal;
10. informar ao BANCO a ocorrência de desligamento (exoneração, demissão ou aposentadoria) dos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS, por meio do Autoatendimento Setor Público - ASP, antes de efetivado o pagamento das verbas decorrentes do desligamento, de forma a permitir ao BANCO apurar o saldo devedor do(s) empréstimo(s) e/ou financiamento(s) pendente(s) e solicitar o respectivo desconto, visando a amortização ou liquidação da dívida dos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS;

11. reter e repassar ao BANCO, por ocasião do desligamento (exoneração, demissão ou aposentadoria) dos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS, o valor da dívida de empréstimo e/ou financiamento apresentado pelo BANCO na forma da legislação vigente;
12. notificar os SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS para comparecer ao BANCO com o objetivo de efetuar a negociação direta do pagamento da dívida, no caso de desligamento (exoneração, demissão ou aposentadoria) ou outro motivo que acarrete a exclusão da folha de pagamento, quando o valor retido de verba decorrente do desligamento for insuficiente para liquidar o saldo devedor apresentado pelo BANCO;
13. comunicar ao BANCO a ocorrência de adiantamento da data de crédito dos salários aos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS. Neste caso, a cobrança da prestação de crédito consignado também se processará na mesma data, devendo o valor consignado ser repassado conforme definido no inciso VII desta Cláusula;
14. dar preferência, nos termos do Decreto n. 8.690/2016, aos descontos autorizados pelos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS relativamente aos empréstimos e/ou financiamentos realizados com o BANCO, em detrimento a outros descontos de mesma natureza que venham a ser autorizados posteriormente, mantendo a prioridade quando das repactuações dessas dívidas junto ao BANCO; e
15. prestar ao CONVENIADO todas as informações disponíveis sobre a localização do servidor, bem como a existência de margem consignável, devendo ser mantido o sigilo e a confidencialidade de todas as informações;

Parágrafo único - A consignação em folha de pagamento não implica a corresponsabilidade do TRE-RO por dívidas ou compromissos de natureza pecuniárias assumidos pelo consignado junto ao BANCO (art. 9º do Dec. nº 8.690/2016).

CLÁUSULA DÉCIMA - São responsabilidades do BANCO:

1. Conceder aos servidores ativos, inativos e pensionistas do TRE-RO, de acordo com as condições previstas neste instrumento, a prestação dos serviços e concessão dos créditos objeto deste Convênio, respeitadas as normas operacionais e a programação financeira do Banco;
2. Prestar todos os esclarecimentos necessários à compreensão e adequada utilização dos créditos e serviços colocados à disposição dos servidores do TRE-RO;
3. Providenciar, nas operações de concessão de crédito, análise cadastral e de capacidade de pagamento do servidor interessado, conforme previsto nas normas do Banco;
4. Indicar o responsável técnico pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os responsáveis designados pelo TRE-RO, sendo que a presente indicação não poderá recair sobre quaisquer dos servidores do TRE-RO ou, ainda, onerar o presente instrumento;
5. Comunicar tempestivamente ao TRE-RO qualquer modificação nas normas que regem o objeto deste Convênio, o que ensejará assinatura de termo aditivo próprio;
6. - Informar ao TRE-RO por meio eletrônico ou escrito, as propostas de empréstimos e/ou financiamentos apresentados pelos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS diretamente ao BANCO, para confirmação da reserva de margem consignável;
7. Fornecer ao TRE-RO arquivo contendo informações necessárias para a consignação mensal da(s) prestação (ões) conforme leiaute padrão FEBRABAN - CNAB 240;
8. Prestar ao TRE-RO e aos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS, as informações necessárias para a liquidação antecipada dos empréstimos e/ou financiamentos, por ocasião do desligamento (exoneração, demissão ou aposentadoria) dos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS; e
9. Disponibilizar aos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS do TRE-RO informações relativas às respectivas operações por eles contratadas ao amparo deste Convênio.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - Na forma do art. 67 da Lei 8.666/93, a gestão e a fiscalização deste instrumento no âmbito do TRE-RO serão exercidas pelo titular da Coordenadoria Técnica e de Pagamento (COTEP), ou pelo substituto respectivo, em caso de ausência do titular, competindo a esses as atribuições previstas na Instrução Normativa n. 04/2008/TRE-RO, cujo contato pode ser feito por meio dos telefones (69) 3211-2020 e e-mail institucional cotep@tre-ro.jus.br.

DA FUNDAMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente Convênio é celebrado com fundamento legal no art. 45 da Lei 8.112/1990 e no art. 116 da Lei 8.666/1993, e aplicam-se a este e aos casos omissos, no que couber, as demais disposições das Leis mencionadas, assim como dos Decretos Federais 3.297/1999 e 8.690/2016, das normas baixadas pelo Banco Central do Brasil para as contratações em espécie, da Instrução Normativa nº 003/2009 - TRE-RO, e, subsidiariamente, a Lei 10.406/2002 (Código Civil brasileiro), declarando os PARTÍCIPES, neste ato, terem pleno conhecimento das cláusulas e condições inseridas nas referidas normas.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - O TRE-RO providenciará a publicação resumida deste CONVÊNIO no Diário da Justiça Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, nos exatos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E assim, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente Acordo, em meio eletrônico, através do Sistema Eletrônico de Informações do TRE-RO, assim como as testemunhas, para que produza os devidos efeitos legais.

Porto Velho/RO, 20 de julho de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO	
JOAO SEGUNDO DA COSTA NETO Pelo BRADESCO S.A.	MICHELLE DE MELLO SOUZA DUARTE Pelo BRADESCO S.A.
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53

Testemunha

Testemunha

ANEXO I DO CONVÊNIO N. 01/2021/TRE-RO

PLANO DE TRABALHO

CONVÊNIO PARA CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS EM FOLHA DE PAGAMENTO E OUTROS SERVIÇOS FINANCEIROS

Interessado

BANCO BRADESCO S.A.

CNPJ: 60.746.948/0001-12

Núcleo Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, Município de Osasco - SP

Objeto

Concessão de empréstimos/financiamentos aos servidores ativos, inativos e pensionistas do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia mediante consignação em folha de pagamento.

Meta

Ampliar a concorrência entre instituições financeiras a fim de obter taxas de juros mais vantajosas aos servidores do TRE-RO.

Etapas de Execução

Execução Contínua.

Previsão do período de execução do objeto

Início: junho de 2021

Término: maio de 2026

Plano de recursos financeiros e cronograma de desembolso

Não se aplicam.



Documento assinado eletronicamente por **MICHELLE DE MELLO SOUZA DUARTE**, Usuário Externo, em 20/07/2021, às 10:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 20/07/2021, às 11:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO SEGUNDO DA COSTA NETO, Usuário Externo**, em 21/07/2021, às 15:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 21/07/2021, às 15:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 21/07/2021, às 15:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0716976** e o código CRC **CC4C6327**.

0005235-61.2015.6.22.8000

0716976v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0005235-61.2015.6.22.8000

INTERESSADO: Banco Bradesco S.A

ASSUNTO: Análise – Minuta de convênio – operações financeiras e creditícias – Banco Bradesco S.A.

PARECER JURÍDICO Nº 49 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I - DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado para registrar os atos referente a solicitação de convênio feita pela **BANCO BRADESCO S.A.**, com objetivo de conceder para consignação de desconto em folha de pagamento de parcelas relativas a crédito pessoal (0673442).

02. Para instrução do feito foi juntado, no evento 0673436, os seguintes documentos: Ata de Reunião nº 3.287, do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., realizada em 11/3/2020; Estatuto Social da referida instituição financeira; Certidão Positiva de Débitos de tributos estadual; Certidão Positiva com Efeito Negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à dívida ativa da União; Certidão Negativa de Tributos Municipais nº 019589/2020; Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa; Documentos pessoais dos representantes legais do banco citado; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e Procuração.

03. A Coordenadoria Técnica e de Pagamento – COTEP, nos termos do Parecer nº 42/2009-CCIA (0541785) elaborou o Plano de Trabalho COTEP (0673437), no qual contém dados do interessado do convênio pleiteado, descrição de seu objeto, suas metas, suas etapas de execução, previsão do período de execução do objeto e a informação de inaplicabilidade de plano de recursos financeiros e cronograma de desembolso. Em seguida, remeteu os autos a Secretária de Gestão de Pessoas – SGP, consoante Remessa nº 57/2021 – PRES/DG/SGP/COTEP (0673442).

04. Na Manifestação nº 89/2021 –PRES/DGSGP/GABSGP (0675020), o Secretário de Gestão de Pessoas manifestou-se favorável ao documento citado, uma vez que a regularização da renovação do convênio aumenta a concorrência entre instituições financeiras visando melhor atender aos servidores, e submeteu os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SAOFC para elaboração da minuta do convênio.

05. Recebidos os autos, o titular da SAOFC, direciona os autos à Seção de Contratos – SECONT para elaboração da minuta de convênio para eventual formalização com o SICOOB-CREDJURD, e, após, a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico, com vistas ao retorno dos

autos ao Gabinete da GABSGP para a devida manifestação e prosseguimento do feito, consoante Despacho nº 419/2021 - PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC (0675139)

06. A SECONT anexou aos autos a Minuta SECONT 0690796, aduzindo que utilizou as informações constantes nos documentos diversos juntados. Assim, instruídos, remeteu os autos à esta AJDG para análise (0690803). **É o necessário relato.**

II - DA ANÁLISE JURÍDICA

07. Inicialmente cabe registrar que convênio, segundo Sidney Bittencourt, em seu livro Contratos da Administração Pública, pode ser conceituado acordo celebrado entre entidades da Administração Pública ou entre estas e entidades privadas, com objetivo de concretizarem interesse comum, no qual não há qualquer tipo de contraprestação, mas tão-somente a mútua colaboração.

08. A Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, estabelece que as minutas de convênios da Administração Pública devem ser previamente examinadas e aprovadas por Assessoria Jurídica da Administração, *in verbis*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

[...]

Parágrafo único. **As minutas de** editais de licitação, bem como as dos contratos, **acordos, convênios** ou ajustes **devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.** (sem grifo no original)

09. Pois bem. Analisando a minuta juntada quanto à forma, conteúdo e observância da legislação, conclui-se que está adequada e contempla os fins a que se propõe.

10. Em relação à forma, embora se trate de instrumento jurídico, cuja elaboração não exige maior rigor formal, porque **não envolve responsabilidade de natureza econômico-financeira**, a minuta anexa está alinhada, no que for compatível com as disposições do art. 55, da Lei nº 8.666/93, que estabelece as cláusulas mínimas dos contratos administrativos, em especial:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - **o objeto e seus elementos característicos**;

II - **o regime de execução** ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VII - **os direitos e as responsabilidades das partes**, as penalidades cabíveis e os

valores das multas;

VIII - os casos de rescisão;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. (g.n.)

11. Considerando que não há obrigações recíprocas de natureza econômico-financeira entre as partes, é possível concluir que a minuta sob análise, também atende, no que forem compatíveis, as disposições do art. 116 e seguintes da Lei nº 8.666/93, que estabelece regras específicas para os acordos firmados pela Administração Pública, a saber:

Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

§ 1º - A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do objeto a ser executado;

II - metas a serem atingidas;

III - etapas ou fases de execução;

IV - plano de aplicação dos recursos financeiros;

V - cronograma de desembolso;

VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

VII - se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.

12. Acerca do conteúdo, a minuta contempla o objeto do acordo, estabelecendo as regras necessárias para sua execução conforme o fim proposto, realização de operações financeiras e creditícias entre os servidores deste Tribunal e o BANCO BRADESCO, oferecendo taxas de juros competitivas e tarifas inferiores aos preços de mercado.

13. A esse respeito, o art. 45 da Lei n. 8.112/91 estabelece:

Art. 45. Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

§ 1º Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em **folha de pagamento em favor de terceiros**, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em **regulamento**. (sem grifo no original)

14. O Decreto Federal nº 8.690/2016, revogador do Decreto Federal n. 6.386/2008, regulamentou o artigo 45 da Lei n. 8.112/90. Tal diploma infralegal dispõe sobre o processamento das consignações em folha de pagamento no âmbito do sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal.

15. A par disso, o tema das consignações em folha de pagamento

é tratado neste órgão pela IN TRE/RO nº 003, de 07/04/09. Este diploma regulamentador criou regras de inafastável aplicação. É o caso da exigência do respeito à margem consignável do servidor prevista no art. 7º, verbis:

Art. 7º A soma mensal das consignações facultativas do consignado não poderá exceder o valor equivalente a trinta por cento da sua remuneração, provento ou pensão, excluído do cálculo o valor pago a título de contribuição para prestação de serviços de saúde, na forma prevista no inciso I do art. 5º.

§ 1º Não será permitido o desconto de consignações facultativas até o limite de trinta por cento, quando a soma dessas com as compulsórias exceder a setenta por cento da remuneração do consignado.

§ 2º Somente será admitida a operação de consignações facultativas até o limite da margem consignável estabelecida no § 1º

§ 3º Para fins de cálculo do limite definido neste artigo, será considerada a remuneração percebida pelo consignado, compreendendo a soma do vencimento do cargo efetivo com as vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, bem como a retribuição pelo exercício de cargo em comissão ou função comissionada, excluídas as seguintes parcelas:

I-diárias;

II-ajuda de custo;

III - indenização de transporte; IV-salário família;

V - gratificação natalina;

VI - auxílio-natalidade;

VII - adicional de férias;

VIII - adicional pela prestação de serviço extraordinário;

IX- adicional noturno;

X - auxílio pré-escolar;

XI - auxílio-transporte;

XII - auxílio-alimentação; e

XIII - abono de permanência devido a servidores ativos que implementaram os requisitos da aposentadoria e permaneceram em atividade, conforme EC n. 20/1998 e EC n. 41/2003.

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo aos proventos e pensões, no que couber.

16. Como se vê, a regra em comento tem o objetivo de evitar o superendividamento de servidores públicos diante das facilidades creditícias patrocinadas, sobretudo, pelo sistema financeiro. Com efeito, seria temerário subtrair o ajuste da prévia verificação de margem e do procedimento para sua realização.

17. Desse modo, até mesmo por disposição expressa do artigo 7º da IN TRE/RO n. 003/09, entende-se que, tratando - se de servidores, deverá ser adotado, como teto, o percentual de 30% (trinta por cento), calculado na forma estabelecida pela citada regulamentação, como se vê disciplinado na cláusula primeira, subcláusula primeira da minuta em comento.

18. Nesse sentido, o artigo 10 do diploma normativo acima mencionado estabelece que é indispensável à contratação de empréstimos ou assemelhados, com consignação em folha de pagamento, que haja informação da unidade competente da Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP - acerca da existência de margem consignável, em conformidade com o disposto no artigo 7º.

19. Com relação isso, é importante mencionar que recentemente foi publicada a **Lei nº 14.131, de 30 de março de 2021**, a qual alterou o limite de consignações facultativas para 40% (quarenta por cento) - art. 1º - e estabeleceu a concessão facultativa de carência, por até 120 (cento e vinte) dias, para novas operações de crédito consignado - art. 3º. Ambas inovações

legais com vigência temporária até 31 de dezembro de 2021.

20. No âmbito deste Regional, a aplicabilidade desta Lei foi debatida no processo administrativo SEI nº 0001441-22.2021.6.22.8000. Após ouvidos as unidades pertinentes (0679983 e 0680662), a diretora-geral, mediante Despacho nº 434/2021 - PRES/DG/GABDG (0682059), autorizou:

a) realização imediata de operações de crédito pelos servidores do TRE-RO nos termos da Lei nº 14.131/21, com margens consignáveis facultativas de 35% (+ 5% para cartões de crédito) até 31/12/2021, e 30% (+ 5% para cartões de crédito) a partir de 1º/1/2022, com comunicação à Caixa Econômica Federal e **outros bancos que se fizerem necessários**;

b) aceitação da carência de até 3 (três) meses para pagamento da primeira parcela nos empréstimos contraídos junto à Caixa Econômica Federal, com resposta ao Ofício n. 396/2021 (0679982);

c) atualização da IN nº 003/2009 para os termos da nova redação do § 2º do art. 45 da Lei n. 8.112/90, com fulcro no art. 25 da referida IN. (sem grifo no original).

21. Desta forma, entende-se que, caso seja firmado convênio em comento, a COTEP deverá realizar as tratativas necessárias com o Banco Bradesco S. A. a fim de cumprir o despacho supramencionado. Destaca-se, ainda, que, até o presente momento, a atualização da IN não foi concluída.

22. Por derradeiro, feitas essas ponderações, faz - se necessário examinar se estão presentes nos autos os documentos exigidos para celebração de convênios, nos termos do que prescreve o item 9 do Parecer 042/09 da Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria - CCIA - deste Tribunal:

- Plano de Trabalho: evento 0673437;
- Comprovação das condições mínimas de regularidade da instituição para contratar com a Administração Pública, a saber: certidões de regularidade junto ao FGTS (0673436); contribuições previdenciárias, Tributos Federais, Dívida Ativa da União (0673436 - **vencida**), fazenda Estadual (0673436 - **positiva**), Municipal (0673436 - **vencida**) e Justiça do Trabalho (0673436);
- Constituição regular e autorização de funcionamento pelo BACEN: **ausente**;
- negativação junto ao CADIN: **ausente**.

23. Quanto à publicação de seu extrato, a cláusula décima terceira prescreve que será realizada no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, homenageando, portanto, o princípio da publicidade.

III - DA CONCLUSÃO

24. Pelo exposto, entende-se que o ato pretendido pela Administração está albergado pelo **art. 45 da Lei nº 8.112/90, as disposições do Decreto Federal nº 8.690/2016 e da Instrução Normativa TRE/RO nº 003/2009.**

25. Por sua vez, a minuta juntada aos autos (0690796) **encontra-se em conformidade** com a situação que se pretende regular, e atende aos princípios e diretrizes que norteiam a aplicação da Lei n. 8.666/93, estando

apta, portanto, a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Assim, para cumprimento do artigo 38, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** seus termos.

26. Alerte-se que, previamente à celebração da parceria, deverá vir aos autos a complementação e atualização da documentação do BANCO BRADESCO S.A., necessária indicada no item 9 do Parecer 042/09 - CCIA, para firmar a parceria pretendida com este órgão público.

27. Ademais, seja pactuado o convênio pretendido, enfatiza-se que a COTEP deverá observar a recomendação contida nos tópicos 19 a 21 deste parecer jurídico.

28. Por derradeiro, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz da Resolução TRE-RO n. 06/2015 (Regimento Interno do Corpo Administrativo), incumbe a esta unidade jurídica prestar análise sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem examinar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

A apreciação da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 19/05/2021, às 16:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FREDERICO SADECK FILHO**, **Assessor Jurídico**, em 19/05/2021, às 16:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0692960** e o código CRC **452BAC83**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-
ro.jus.br

PROCESSO: 0005235-61.2015.6.22.8000

INTERESSADO: Banco Bradesco S.A

ASSUNTO: Celebração de Convênio com o Banco Bradesco S.A. - Oferecimento de crédito consignado em Folha de Pagamento.

DESPACHO Nº 649 / 2021 - PRES/DG/GABDG

0673437

Trata-se de processo administrativo destinado ao registro dos atos referentes a solicitação de convênio feita pelo **BANCO BRADESCO S.A.**, com objetivo de conceder empréstimos e/ou financiamentos, com pagamento mediante consignação de desconto em folha de pagamento aos servidores, aposentados e pensionistas .

A COTEP elaborou o plano de trabalho (0673437) contendo dados do proponente do convênio pleiteado, descrição do objeto, metas, etapas de execução, previsão do período de execução do objeto e a informação de inaplicabilidade de plano de recursos financeiros e cronograma de desembolso.

Instada a se manifestar, a Secretaria de Gestão de Pessoas-SGP opinou pela renovação do acordo, sob a justificativa de que a medida aumenta a concorrência entre instituições financeiras visando melhor atender aos servidores, (0675020).

Ato contínuo, a SAOFC remeteu o feito à SECONT para elaboração da minuta do convênio para regulação da avença, nos termos do evento nº 0675139 .

A AJDG opinou, nos termos do Parecer Jurídico 0692960, pela legalidade do ato pretendido pela Administração, posto que albergado pelo **art. 45 da Lei nº 8.112/90**, manifestando-se pela possibilidade de aprovação da minuta de convênio, vez que está adequada e contempla os fins a que se propõe.

O citado parecer ressaltou a necessidade de observação do Despacho nº 434/2021 - PRES/DG/GABDG (0682059), que trata da alteração do limite de consignações facultativas e a concessão facultativa de carência, por até 120 (cento e vinte) dias, ambas inovações trazidas pela **Lei nº 14.131/2021**.

Encaminhado os autos à SAOFC, esta se manifestou favoravelmente a renovação do convênio, tendo em vista a inexistência de obrigações recíprocas de natureza econômico-financeira entre as partes; que a minuta carreada aos autos sob o evento nº.0690796, atende as disposições do [art. 116 e seguintes da Lei nº 8.666/93](#) ; e, por fim, que a AJDG já aprovou a

citada minuta.

Primeiramente, registra-se que os ajustes celebrados entre este Tribunal e instituições financeiras para fins de empréstimos consignados em folha de pagamento concedidos a servidores possuem natureza jurídica de convênio, considerando que os interesses são comuns e a contraprestação em dinheiro não precisa existir, fazendo-se ajuste de mútua colaboração para atingimento de objetivo comum, nos termos do Parecer Técnico nº 042/2009/CCIA (0545311).

Com efeito, a parceria ora buscada encontra normatização na lei nº 8.666/93, que dita todos os parâmetros normativos para verificação da legalidade, forma e conteúdo dos acordos pretendidos. Ademais, obedece às regras específicas estabelecidas pelo art. 45 da lei nº 8.112/90, regulamentado pelo Decreto nº 8.690/2016 e pela Instrução Normativa TRE/RO nº 003/09.

Compulsando os autos, e considerando ainda o Parecer Jurídico da AJDG, verifica-se que o convênio pretendido reúne as condições para sua aprovação e que minuta contempla o objeto do acordo, estabelecendo as regras necessárias para sua execução conforme o fim proposto, qual seja, concessão de empréstimos/financiamentos aos servidores ativos, inativos e pensionistas deste Tribunal, mediante consignação em folha de pagamento.

Quanto ao prazo de vigência dos convênios firmados entre órgãos ou entidades de direito público, destaca-se que o art. 57, § 3º, da Lei Geral de Licitações e Contratos, veda a celebração de contrato com prazo de vigência indeterminada, razão pela qual, por força do art. 116, caput, "*aplica-se aos convênios, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos ou entidades da Administração Pública*". Entretanto, registra-se que nesse tipo de convênio não há a previsão de recursos orçamentários para seu custeio.

Sendo assim, sua vigência deverá ser determinada pelo prazo necessário à execução do respectivo objeto conveniado, que deve ser estabelecido no plano de trabalho. Não obstante, nos termos do item 16 do Parecer Técnico nº 042/2009/CCIA (0545311), é de bom alvitre observar o prazo de 60 (sessenta) meses, como é o caso do Plano de Trabalho COTEP (0673437), exceto se houver justificativa fundamentada que demonstre a necessidade de maior prazo.

Pelo exposto, considerando o Parecer Jurídico AJDG 0692960, a Manifestação SGP 0675020 e o despacho SAOFC 0695841 e com fulcro no art. 1º, inciso II, da Portaria GP nº 66/2018, **APROVO** o Plano de Trabalho COTEP 0673437, nos termos do item 9, alínea "e", do Parecer Técnico nº 042/2009/CCIA (0545311), por conter os requisitos fixados pelo art. 116, § 1º, da lei nº 8.666/93, e **AUTORIZO** a celebração de Termo de Convênio entre este Tribunal e o **BANCO BRADESCO S.A.**, consoante minuta aprovada pela Assessoria Jurídica, em observância ao art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

À **SAOFC** para continuidade e providências relativas à assinatura do convênio, com publicação do seu extrato no Diário Oficial da União - DOU.

Após, à **SGP/COTEP** para gestão e fiscalização do ajuste.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, Diretora Geral, em 08/06/2021, às 17:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0696271** e o código CRC **47EC1FB6**.

0005235-61.2015.6.22.8000

0696271v23

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE**EXTRATOS DE CONVÊNIO****PROCESSO SEI 0005235-61.2015.6.22.8000 - CONVENIO BANCO BRADESCO**

Espécie: Convenio 01/2020/TRE-RO, assinado em 21/07/2020, firmado entre o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA - TRE-RO, CNPJ: 04.565.735/0001-13 e o BANCO BRADESCO S.A, CNPJ: 60.746.948/0001-12. Objeto: Concessão de empréstimos e/ou financiamentos consignados em folha de pagamento, aos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS tomadores de empréstimos e/ou financiamentos vinculados ao TRE-RO, oferecendo taxas de juros e tarifas competitivas em relação aos preços de mercado. Fundamentação Legal: art. 45 da Lei 8.112/1990 e no art. 116 da Lei 8.666/1993, e demais aplicáveis. Vigência: 60 meses, a contar da assinatura. Signatários: Pela Conveniente, LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e, pela Conveniada, MICHELLE DE MELLO SOUZA DUARTE e JOAO SEGUNDO DA COSTA NETO. Processo SEI 0005235-61.2015.6.22.8000.

1ª ZONA ELEITORAL**INTIMAÇÕES****PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600767-67.2020.6.22.0001**

PROCESSO : 0600767-67.2020.6.22.0001 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (NOVA MAMORÉ - RO)

RELATOR : 001ª ZONA ELEITORAL DE GUAJARÁ-MIRIM RO

REQUERENTE : CLAUDIA LABORDA DA SILVA

ADVOGADO : MIQUEIAS JOSE TELES FIGUEIREDO (4962/RO)

REQUERENTE : ELEICAO 2020 CLAUDIA LABORDA DA SILVA VEREADOR

ADVOGADO : MIQUEIAS JOSE TELES FIGUEIREDO (4962/RO)

FISCAL DA
LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

JUSTIÇA ELEITORAL

ESTADO DE RONDÔNIA

JUÍZO DA 1ª ZONA ELEITORAL - GUAJARÁ-MIRIM

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600767-67.2020.6.22.0001 / 001ª ZONA ELEITORAL DE GUAJARÁ-MIRIM RO

ASSUNTO: [Cargo - Vereador, Prestação de Contas - De Candidato]

REQUERENTE: ELEICAO 2020 CLAUDIA LABORDA DA SILVA VEREADOR, CLAUDIA LABORDA DA SILVA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

(Prazo de 03 dias)

Por ordem do Excelentíssimo Juiz Eleitoral Paulo José do Nascimento Fabrício, MM. Juiz da 1ª Zona Eleitoral, INTIMO o(a) prestador(a) de contas CLAUDIA LABORDA DA SILVA, identificado(a) no processo de Prestação de Contas Eleitorais - PCE, Eleições 2020, autos nº 0600767-67.2020.6.22.0001, para apresentar, no prazo de 03 (três) dias, a Prestação de Contas Final, que

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO Nº 36/2021

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 08/07/2021 . Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de equipamentos de informática

YVETTE BEZERRA GUERREIRO MAIA
Diretora-geral

(SIDEc - 22/07/2021) 070008-00001-2021NE111111

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 6/2020

PROCESSO SEI nº 2021.0.000027697-3- OBJETO: Prorrogar o Convênio nº 06/2020, mantidas as demais cláusulas. PARTES: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro - TRE/RJ e Banco Santander (Brasil) S.A.. VIGÊNCIA: 1 (um) ano, a contar de 29/07/2021. DATA DA ASSINATURA: 21/07/2021. ASSINAM: Desembargador Cláudio Luís Braga Dell'orto - Presidente do TRE/RJ e Adriano Manzani Pereira e Solange Hitomi Miamura - Representantes do Banco Santander (Brasil) S.A..

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio 01/2020/TRE-RO, assinado em 21/07/2020, firmado entre o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA - TRE-RO, CNPJ: 04.565.735/0001-13 e o BANCO BRADESCO S.A, CNPJ: 60.746.948/0001-12. Objeto: Concessão de empréstimos e/ou financiamentos consignados em folha de pagamento, aos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS tomadores de empréstimos e/ou financiamentos vinculados ao TRE-RO, oferecendo taxas de juros e tarifas competitivas em relação aos preços de mercado. Fundamentação Legal: art. 45 da Lei 8.112/1990 e no art. 116 da Lei 8.666/1993, e demais aplicáveis. Vigência: 60 meses, a contar da assinatura. Signatários: Pela Conveniente, LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e, pela Conveniada, MICHELLE DE MELLO SOUZA DUARTE e JOAO SEGUNDO DA COSTA NETO. Processo SEI 0005235-61.2015.6.22.8000.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratada: Luciano Nunes Fotografia. CNPJ da Contratada: 09.070.674/0001-37. Objeto: Termo Aditivo n. 100/2021, referente ao Contrato n. 083/2019, cujo objeto é a prestação de serviços de cobertura fotográfica para o TRESA na Capital e Grande Florianópolis (prorroga o prazo de vigência até 31/10/2022). Fundamento legal: Lei n. 8.666/1993. Data da assinatura: 20/07/2021. Pregão n. 056/2019.

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 32/2021

Objeto: Contratação de empresa para a prestação dos serviços especializados e continuados de condução de veículos oficiais do TRESA, visando ao atendimento das necessidades de transporte de pessoas, materiais e equipamentos. Data do julgamento: 16/7/2021. Empresa vencedora: PARANA LIMP SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELLI.

HELOISA HELENA BASTOS SILVA LUBKE
Pregoeira

(SIDEc - 22/07/2021) 070020-00001-2021NE999999

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2021 - UASG 70020

Nº Processo: 20.893/2021. Objeto: Contratação dos serviços especializados e continuados de operador de máquina reprográfica e demais equipamentos necessários à realização de impressões, fotocópias, digitalizações, encadernações, plastificações, preparação de materiais (remoção de grampas, cliques e espirais, preenchimento, impressão e colagem de etiquetas adesivas etc.), para a Reprografia do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRESA). Total de Itens Licitados: 3. Edital: 23/07/2021 das 12h00 às 17h00. Endereço: Rua Esteves Junior 80, Centro - Florianópolis/SC ou <https://www.gov.br/compras/editais/70020-5-00037-2021>. Entrega das Propostas: a partir de 23/07/2021 às 12h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 05/08/2021 às 14h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: O Edital, o Projeto Básico / Termo de Referência e demais documentos também estão disponíveis no site www.tre-sc.jus.br (Transparência - Contas públicas - Licitações - Pregões - 2021).

HELOISA HELENA BASTOS SILVA LUBKE
Coordenadora de Julgamento de Licitações

(SIASGnet - 22/07/2021) 70020-00001-2021NE999999

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Proposta de Metas Nacionais do Poder Judiciário
O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios realizará audiência pública para recebimento de sugestões com vistas à formulação da Proposta de Metas Nacionais do Poder Judiciário para o ano de 2022, conforme disposto na Resolução CNJ 221/2016.

A realização da audiência possibilitará a expressão de opiniões, especializadas ou não, e a obtenção de propostas sobre as Metas Nacionais, além de oferecer à sociedade, às advogadas e aos advogados, às defensoras e aos defensores públicos, às senhoras e aos senhores membros do Ministério Público, às magistradas e aos magistrados, às servidoras e aos servidores, às pesquisadoras e aos pesquisadores, às acadêmicas e aos acadêmicos, às universitárias e aos universitários, às entidades da sociedade civil, às entidades representantes de instituições e profissionais de ensino, a oportunidade de sugerir e contribuir para uma gestão judiciária mais transparente, transversal e inclusiva.

A audiência será realizada no dia 6 de agosto de 2021, das 9 às 12h, em formato virtual, pela plataforma Teams com transmissão pelo canal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios no YouTube. Qualquer cidadã ou cidadão poderá enviar perguntas durante a audiência pública, por meio do chat do canal.

As interessadas e os interessados em participar como expositor(a) poderão se inscrever, até 3 de agosto de 2021, por meio do formulário eletrônico disponível no endereço: www.tjdft.jus.br/institucional/governanca/metass-do-judiciario/formulacao-das-metas-nacionais/formula

cao-das-metas-nacionais ou pelo e-mail metasnacionais2022@tjdft.jus.br.

Os dados necessários para inscrição como expositor(a) são: nome, órgão/entidade que representa, e-mail, telefone, pontos que pretende defender.

A relação dos(as) habilitados(as) estará disponível no portal eletrônico do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, www.tjdft.jus.br/institucional/governanca/metass-do-judiciario/formulacao-das-metas-nacionais/formula

cao-das-metas-nacionais, a partir de 4 de agosto de 2021, ocasião em que serão detalhadas as regras de participação.

Quaisquer documentos ou solicitação de informações, referentes à audiência pública, poderão ser encaminhados, por via eletrônica, para o e-mail metasnacionais2022@tjdft.jus.br.

Desembargador ROMEU GONZAGA NEIVA
Presidente

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES E GESTÃO DE MATERIAIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

a)Espécie: Termo Aditivo 03 ao Termo de permissão de uso 004/2018, firmado entre a UNIÃO, por intermédio do TJDF, e F.L DAS CHAGAS RESTAURANTE, BAR E LANCHONETE ME b)Objeto: prorrogar o prazo de vigência do termo de permissão de uso inicial. c)Fundamento Legal: Cláusula 11ª do termo de permissão de uso inicial c/c art. 367, inciso XXII do Regimento Interno do TJDF e artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/1993. d)Prorrogação: 25/07/2021 a 25/07/2022 e)Vigência a partir da assinatura e eficácia a partir de sua publicação no DOU. f)Valor total mensal da taxa de ocupação: R\$ 593,99. g)Data da assinatura: 22/07/2021. h)PA: 0004131/2018.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Contratada: TECNISYS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA; a) objeto: contratação de suporte técnico especializado e manutenção preventiva e corretiva ao sistema gerenciador de banco de dados (SGBD) POSTGRESQL nas modalidades 24x7 (24 horas por dia, 7 dias por semana) e 8x5 (8 horas por dia nos 5 dias úteis da semana) (Proc: 6446/2021); b) fund. legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº 8.078/90, Lei nº 13.655/19, Decreto nº 7.892/13, Decreto nº 10.024/19 e IN nº 01/19 do Ministério da Economia; c) vigência: de 23/09/2021 a 22/03/2024; d) valor global: R\$ 848.022,00; e) assinam em 21/07/2021 o Sr. Luis Felipe Carrapatoso Peralta da Silva, pelo Contratante, e o Sr. Giovanni Coelho da Silva, pela Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Contratada: MGL INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA; a) objeto: aquisição de 105 nobreaks gerenciáveis de 3kVA para as salas de telecomunicações do TRT/RJ, com serviços de manutenção corretiva, preventiva e preditiva (Proc: 7533/2018); b) fund. legal: Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, Decretos nº 3.555/00, nº 10.024/19 e nº 7.892/13; c) vigência: 22/07/2021 até 21/11/2024; d) valor global: R\$ 1.039.500,00; e) assinam em 22/07/2021 o Sr. Luis Felipe Carrapatoso Peralta da Silva, pelo Contratante, e o Sr. Pedro Ramos Melges, pela Contratada.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

DIRETORIA-GERAL

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2021

O TRT da 3ª Região torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº PE 16/2021 cujo objeto é o Registro de Preços para eventual aquisição de galões de 5L e frascos de 500ml de álcool em gel a 70° e de frascos de 1 litro de álcool isopropílico 100%, na forma líquida, nos termos do Edital e seus anexos. Abertura das propostas em 06 de agosto de 2021 às 13:00 horas e sessão de lances a partir das 13:30 horas do mesmo dia. A sessão pública será realizada no sítio www.licitacoes-e.com.br. Obtenção do edital no citado sítio ou em www.trt3.jus.br. Informações adicionais: selc@trt3.jus.br.

Belo Horizonte, 22 de julho de 2021.
LIVIA MARTELETO ABRANCHES
Secretária de Licitações e Contratos em exercício

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2021 - UASG 80014

Nº Processo: 9867/2020. Objeto: Contratação de serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva, inclusive sistemas de telecomunicações (cabearamento estruturado) e sistemas de prevenção e combate a incêndio e afins nos imóveis ocupados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região no Estado do Rio Grande do Sul. Total de Itens Licitados: 4. Edital: 23/07/2021 das 10h00 às 17h59. Endereço: Cv. Praia de Belas, 1100 - 6.andar - Menino Deus, - Porto Alegre/RS ou <https://www.gov.br/compras/editais/80014-5-00007-2021>. Entrega das Propostas: a partir de 23/07/2021 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 06/08/2021 às 11h00 no site www.gov.br/compras.

ISABEL DOS SANTOS ONOFRIO
Coordenadora de Licitações e Contratos Substituta

(SIASGnet - 22/07/2021) 80014-00001-2021NE400358

DIRETORIA-GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

SERVIÇO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Termo Aditivo Primeiro ao Contrato nº 32/2020. CONSIGNANTE: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. CONSIGNATÁRIO: Banco Bradesco Financiamentos S.A. RESUMO DO OBJETO: Previsão de absorção dos custos de processamento de dados relativos às consignações pelo valor pago ao erário pela contratada, no caso de o TRT4 contratar empresa especializada no gerenciamento das consignações por meio de sistema informatizado. Nº. DA AQUISIÇÃO: Compra Direta nº 35/2020. FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93. PROAD Nº: 8165/2019. DATA DA ASSINATURA: 22/07/2021. ASSINAM: Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez, pelo consignante, e Sra. Adriana Quirino dos Reis e Sr. Jairo Geraldo Barral, pelo consignatário.

